

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO**

O desenvolvimento da espécie humana corresponde à seleção natural biológica de suas diferenças sexuais. No reino animal, os seres sexuados dividem-se em macho e fêmea. O organismo do macho é diferente do da fêmea, essa diferença sexual marca o desenvolvimento da espécie humana.

A reprodução da espécie humana e seu desenvolvimento ocorrem do acasalamento de dois seres, o masculino e o feminino, para perpetuá-la os homens e as mulheres foram criando uma relação de convivência permanente dando origem à sociedade humana com valores e normas sociais, que desde então, definiram questões de gênero em sua estrutura cultural e institucional. Isto está posto desde o mito fundador conforme Almeida (2000, p. 73):

No mito fundador temos inscrita uma relação hierárquica entre homem e mulher; uma definição do primeiro como superior, mas condenado ao sacrifício do trabalho, da transformação da natureza, por ter sucumbido à sua parte feminina (já que saída de si, e invertendo assim a consciência de o homem nascer da mulher); e a mulher condenada à obediência ao homem e definida pela sua função reprodutiva. A expulsão do paraíso, que pode ser interpretada como fundação da vida em sociedade, assenta em razões sexuais. A sociedade nasce com a divisão sexual e, na linguagem de hoje, com a definição de dois gêneros.

Nesse sentido a existência de gêneros já se manifesta de forma desigual na distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade desde então estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência. Assim, desde que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico (entre 8.000 a 4.000

\* Mestranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM

\*\* Orientadora Doutora em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

anos a. c.), começaram a definir papéis para os homens e para as mulheres nas sociedades agrícolas, divididas em clãs, tribos e aldeias, já havia a divisão sexual do trabalho, marcada desde sempre pela capacidade reprodutora da mulher, o fato de gerar o filho e de amamentá-lo. Para Stearns (2007, p.31),

À medida que as civilizações se desenvolvem, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também (...). O deslocamento da caça e da agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes, e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino.

Percebe-se que o aprendizado da atividade de cuidar dos filhos e da casa foi sendo desenvolvido como uma tarefa da mulher mesmo com limitações, ela também participasse do trabalho do cultivo e da criação de animais.

A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar. O homem, associado à ideia de autoridade devido a sua força física e poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem, do chefe de família. Stearns (2000, p.27) considera que,

Por volta do quarto milênio a.c., também, a maior parte das sociedades agrícolas tinham desenvolvido novas formas de desigualdades entre homens e mulheres, num sistema geralmente chamado de patriarcal – com o domínio de maridos e pais. As civilizações, de uma forma geral, aprofundaram o patriarcado e, ao mesmo tempo, definiram seus detalhes de formas distintas que combinavam com crenças e instituições mais amplas de cada civilização em particular. Nesse sentido, pondo um selo próprio no patriarcado, cada civilização uniu as questões de gênero com aspectos de sua estrutura cultural e institucional.

A ideia de posse dos bens e a garantia da herança dela, para as gerações futura, levaram o homem a interessar-se pela paternidade. Assim, a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, na ausência do pai cabe ao filho mais velho, o repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem. O homem passou a ser dono da mulher, como forma de ele perpetuar-se através da descendência. A função da mulher foi sendo restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem. O sociólogo Frances Pierre Bourdieu escreveu sobre as maneiras como a “divisão do mundo”, fundada sobre “as diferen-

ças biológicas particularmente àquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução”, opera como “a mais fundamentada das ilusões coletivas”. Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. (01). Nesse sentido o conceito de gênero tem bases normativas da tradição cristã do mundo ocidental.

### *A Categoria Gênero*

O conceito de Gênero foi construído socialmente buscando compreender as relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

As diferenças sexuais e as condições classistas existentes entre homens e mulheres definiram a divisão sexual do trabalho como um importante conceito para a compreensão do processo de construção dos gêneros. O uso de práticas sociais nos permite analisar o gênero de forma mais abrangente em que homens e mulheres são sujeitos históricos sem distinção de sexo.

A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular do mesmo como produto de processos sociais e culturais. Scott,(1991, p. 04) assinala que

‘Gênero’, como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

A autora enfatiza a ideia de desconstruir o conceito de gênero como indivíduo isolado, como representação de um signo, um objeto, ou ser inanimado. O termo gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma

classe, um grupo, uma categoria. Portanto, gênero representa as relações sociais entre homens e mulheres e como os sexos se organizaram, dividem tarefas e funções através do tempo e, por sua vez, constituíram as relações de poder.

As sociedades patriarcais se perpetuaram ao longo dos tempos, mesmo na sociedade moderna no qual o mundo do trabalho se divide do mundo doméstico. As famílias e suas gerações tradicionais vão desaparecendo e forma-se a família nuclear (pai, mãe e filhos). Permanece o poder patriarcal na família, mas a mulher das camadas populares foi submetida ao trabalho fabril. No século XVIII e XIX a saída do lar pelas mães que trabalhavam nas fábricas levou a sérias consequências para a vida das crianças. A desestruturação dos laços familiar das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fez crescer os conflitos conjugais.

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. No processo de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituía-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens substituídos pelas mulheres na produção fabril acusavam-nas de roubarem seus postos de trabalho. A luta contra o sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero, a qual se colocava como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador.

Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

Ao ser incorporado ao mundo do trabalho fabril a mulher passou a ter uma dupla jornada de trabalho. A ela cabia cuidar da prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado. As mulheres pobres sempre trabalharam. A remuneração do trabalho da mulher sempre foi inferior ao do homem. A dificuldade de cuidar da prole levou as mulheres a reivindicarem escolas, creches e pelo direito da maternidade.

Na sociedade capitalista persistiu o argumento da diferença biológica como base para a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres eram vistas como menos capazes que os homens. Na sociedade capitalista o direito de propriedade passou a ser o ponto central, assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a desenvolver uma série de restrições à sexualidade da

mulher. Cada vez mais o corpo da mulher pertencia ao homem, seu marido e senhor. O adultério era crime gravíssimo, pois colocava em perigo a legitimidade da prole como herdeira da propriedade do homem.

No século XX as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. A luta feminina também tem divisões dentro dela. Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como «mal amadas» e discriminadas pelos homens e também pelas mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal. Segundo Letelier (1997, p. 07),

Nesse contexto, o processo de validação assume o peso da história do feminismo o qual é neutro socialmente nem muitas vezes vem aceito. As mal amadas feministas antigas vão ser agora as novas mal amadas feministas da academia; a categoria de gênero entra na produção de saber/poder com um certo preconceito difícil de dissolver, se trata de: “fala de mulheres”, “questão de mulheres”, “feminismo”, “questão de feministas”, ou mesmo “movimento social de mulheres” ou “movimento feminista”. Também conhecimento “militante” ou não objetivo, “não científico”.

A busca pela igualdade de gênero ganhou força, mesmo com todas as contradições, a luta feminina tinha o objetivo de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe.

Após a década de 1940 cresceu a incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, havendo uma diversificação do tipo de ocupações assumidas pelas mulheres. Porém, no Brasil, foi na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho. A mulher ainda ocupa as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, são professoras, educadoras em creches), serviços domésticos (empregada doméstica), comerciárias e uma pequena parcela na indústria e na agricultura.

No final dos anos 1970 surgem movimentos sindicais e movimentos feministas no Brasil. A desigualdade de classe juntou os dois sexos na luta por melhores condições de vida. O movimento feminista ganhou força com o apoio de partidos políticos, sindicatos e associações que juntaram força e assumiram a luta pelos direitos da mulher. Conforme Costa (2008, p. 80),

Na década de oitenta os temas mais ligados ao papel da mulher estão nas instâncias políticas, na sua participação nos sindicatos, nos partidos, no parlamento em virtude das várias formas de discriminação que ela passa nessa conjuntura e também temos que lembrar que foi uma década marcada pelos movimentos sociais que incidem no Brasil no final da década de setenta e início da década de oitenta. Salientamos inclusive, a criação do Partido dos Trabalhadores que propiciou uma entrada de representantes no Parlamento que vieram de movimentos sociais e conferiram maior legitimidade à representação política. Os demais temas como saúde, família, velhice, estudo de gerações e outros, representaram desdobramento de pesquisas anteriores ou frutos da demanda conjuntural, na primeira metade da década de oitenta.

Pode-se dizer que a luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988, a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe da família e a mulher assumiu determinadas profissões que antes só cabiam aos homens e passou a ser considerada tão capaz quanto o homem.

Na década de 1990, no Brasil, a classe trabalhadora enfrentou o problema da desestruturação do mercado de trabalho, da redução do salário e da escassez do emprego. As mulheres são as mais atingidas pela escassez do trabalho e pela gravidade da falta de investimentos em equipamentos sociais (creches, escolas, hospitais). Embora sejam mais empregáveis que os homens, isso decorre da persistente desigualdade da remuneração do trabalho da mulher. A mulher passou a ter um nível educacional igual e às vezes até superior ao do homem, porque como enfrenta o preconceito no mundo do trabalho, ela deve se mostrar mais preparada e com maior escolarização para ocupar cargos que ainda são subalternos.

Os critérios de contratação das mulheres no mundo do trabalho estão impregnados pela imagem da mulher construída pela mídia e colocada como padrão de beleza. O empregador ainda busca a moça de «boa aparência».

Assim, as mulheres sofrem dupla pressão no mercado de trabalho, a exigência de qualificação profissional e da aparência física. O assédio sexual ainda é uma realidade para a mulher no mundo do trabalho, isso decorre da própria cultura patriarcal que foi colocando o homem como o senhor do corpo da mulher.

Apesar de tantas dificuldades as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade. As relações ainda não são de igualdade e harmonia entre o gênero feminino e o masculino. O homem ainda atribui à mulher a dupla jornada, já que o lar é sua responsabilidade, mas muitos valores sobre as mulheres já estão mudando. O homem também está em conflito com o papel que foi construído so-

cialmente para ele, hoje ser homem não é nada fácil, pois as mulheres passaram a exigir dele um novo comportamento que ele ainda está construindo.

Mesmo quando a igualdade de gênero se coloca, cresce o espaço da democracia dentro da espécie humana. A democratização efetiva da sociedade humana passa pela discussão das relações de gênero, neste sentido a luta das mulheres não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade.

Concluindo, lembramos que embora o conceito de gênero tenha adquirido força e destaque enquanto instrumento de análise das condições das mulheres ele não deve ser utilizado como sinônimo de “mulher”. O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles. Segundo Caldas Torres (2001, p.88)

Sob esses aspectos as relações de gênero são percebidas como um ponto de intersecção nas relações sociais. Diferentemente das concepções deterministas, que buscam no fator biológico explicações para a sujeição da mulher na sociedade, dentre as quais se destacam as ideias de Rousseau, as relações de gênero são parte da estrutura social e são vistas dentro das complexas relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres.

A emergência do conceito de gênero e sua utilização estão fortemente impregnadas de uma dimensão política, tanto no que diz respeito as suas origens, no que diz respeito aos seus propósitos. Ele ganha força a partir do movimento feminista, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder tanto no âmbito público como no privado, procurando abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais. O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história abraçada pelos movimentos sociais numa trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.

#### *NOTA*

01 – Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*. Paris 1980, p. 246-47, 333 – 461 et em particulier p. 366.

## *Referências Bibliográficas*

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2 ed. Lisboa: Fim de Século Edições Ltda, 2000 (texto 1.1),
- BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sônia m. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 (texto “Corpo e sociologia: etapas”)
- LETELIE, Lilian. O gênero na academia. In: ALVARES, M<sup>a</sup> Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira dos (org). *Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher*. Belém: Cejup, Gepem, redor, 1997
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história Social. In: *Cadernos Pagu* n° 3. São Paulo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- TORRES, Iraíldes Caldas. A perspectiva de poder em Foucault e suas conexidades com as relações de gênero. In: *Revista Pensamento e realidade* N. 9. Ano IV. São Paulo: Faculdade São Luis. Ed. Loyola, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, 1991 (mimeo).
- STEARNS, Peter N. *História das Relações de gênero*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007 (texto “A base tradicional: civilizações e patriarcado”)